



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO DA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,
POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO ACORDO QUADRO E DO ACORDO
ANUAL DE SUBVENÇÃO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
E A CONFERÊNCIA EPISCOPAL TIMORENSE**

**Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação
16 de junho de 2017**

Sua Excelência Reverendíssima, Dom Basílio do Nascimento, Bispo de Baucau e Presidente da Conferência Episcopal Timorense

Sua Excelência Reverendíssima, Bispo Dom Virgílio do Carmo, Bispo de Díli

Caros colegas membros do Governo

Sua Excelência, Monsenhor Mario Codamo, Encarregado de Negócios da Embaixada do Vaticano em Timor-Leste

Reverendíssimos Padres e Reverendas Madres

Exmos. Senhores Diretores Gerais, Diretores Nacionais e Chefes de Departamento

Senhoras e senhores,
Ilustres convidados,

Cumpridos os procedimentos de ratificação, em 2015, pelo Parlamento Nacional do Acordo entre a República Democrática de Timor-Leste e a Santa Sé, o qual tive a honra de entregar pessoalmente ao Papa Francisco na visita oficial que realizei ao Vaticano em 2016, é com enorme satisfação que assinei, hoje, em representação do Governo, o Acordo Quadro e o Acordo Anual de Subvenção entre o Governo de Timor-Leste e a Conferência Episcopal Timorense, ilustremente representada pelo seu Presidente, Sua Excelência Reverendíssima Dom Basílio do Nascimento.

O Acordo Quadro agora estabelecido vem definir, de forma clara, as regras gerais que vão conduzir a parceria entre o Estado e a Igreja Católica, identificando, nomeadamente, as áreas de financiamento e respetiva repartição de verbas. Considerando o papel fundamental que a Igreja Católica tem no nosso país ao nível da educação e da luta contra a pobreza, áreas de intervenção chave para o desenvolvimento e para a redução de desigualdades e da exclusão social, prevê-se neste Acordo que pelo menos 75% da contribuição do Estado através da Conferência Episcopal seja canalizado para atividades nestas áreas, designadamente 50% para atividades na área educativa e 25% na área social, ficando os restantes 25% afetos às atividades de governo eclesial e de gestão das verbas concedidas.

Este Acordo Quadro é, pois, mais um passo fundamental na consolidação da relação entre o nosso Estado e a Santa Sé e vai servir de base, doravante, para os acordos de subvenção que o Governo irá anualmente firmar com a Conferência Episcopal Timorense. Também já assinámos, por isso, o Acordo de Subvenção Anual para 2017, que prevê um financiamento através do Orçamento Geral do Estado.

Senhoras e Senhores

Ilustres convidados

Os instrumentos agora estabelecidos, importantes naturalmente no quadro das relações formais entre Estados e instituições, representam na realidade muito mais para o povo timorense. São o reconhecimento do que a Igreja Católica significa no seio da sociedade, nos seus valores e nas suas crenças, e são também o reconhecimento do seu papel determinante na luta da independência de Timor-Leste e no processo de construção da nossa identidade. Por estas inquestionáveis razões, encontramos na Igreja Católica um parceiro fundamental do Estado que nos apoiou e continua a apoiar na construção de uma sociedade humanista, fraterna e solidária.

A Igreja Católica, nas ações dos Reverendíssimos Padres e Reverendas Madres, tem uma enorme importância junto da população e muitas vezes está presente apoiando onde o Estado ainda não consegue chegar, com a prestação de serviços básicos essenciais a uma vida digna da nossa população. E esta é também uma razão para a intervenção da Igreja Católica em áreas tão centrais como são a educação e a proteção social. O desenvolvimento humano, em muitas áreas remotas do nosso país, tem sido possível graças à intervenção abnegada e comprometida com a vida e a dignidade pelos homens e mulheres da Igreja Católica. E, por isso, este é um trabalho reconhecido pelo Estado e que merece o seu apoio num quadro de cooperação institucional devidamente formalizado.

Senhoras e Senhores

Ilustres convidados

Para terminar esta minha breve intervenção, quero aproveitar a oportunidade para expressar a minha admiração e o meu pessoal agradecimento aos Reverendíssimos Padres e Reverendas Madres (muitos aqui presentes) e que todos os dias das suas vidas dedicam o seu tempo, o seu amor e a sua esperança às crianças, jovens, mulheres e homens deste país. Seja no ensino ou na saúde, nas artes e ofícios, na agricultura e outras atividades económicas, ou na sua missão maior de apoio espiritual, tem sido com o vosso apoio que muita obra e muito conhecimento têm sido desenvolvidos em benefício da evolução social do nosso povo. Este trabalho e este legado forja, a cada dia que passa, valores de respeito e solidariedade da nossa sociedade.

E em final do mandato, também em nome do VI Governo Constitucional, quero agradecer a estreita colaboração e o apoio da Igreja Católica que na implementação das suas atividades em muito contribui para atingirmos os objetivos comuns de prosperidade, de justiça, de paz e harmonia que aspiramos para Timor-Leste.

Acredito que a valorização e o reconhecimento do passado, o trabalho empenhado do presente e o contínuo esforço da cooperação com a Igreja Católica no futuro seja o

caminho para, em conjunto, contribuirmos para a nobre missão de trazer a dignidade e o bem-estar a que todos os cidadãos têm direito.

Muito obrigado.

Díli, 16 de junho de 2017

Dr. Rui Maria de Araújo